



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 553504 - SP (2019/0381441-0)

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MAURÍCIO ALVES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **MAURÍCIO ALVES**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no **Agravo em Execução n. 7000995-65.2019.8.26.0344**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções homologou o procedimento administrativo disciplinar instaurado em face do paciente, mas desclassificou a falta a ele imputada para a modalidade **média** (fls. 10-11).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão de fls. 15-20 assim ementado:

"Agravo em Execução Falta média - Insurgência ministerial, alegando que a falta deve ser considerada grave - Admissibilidade Reeducando que desrespeitou agentes de segurança penitenciária, caracterizando falta disciplinar de natureza grave - Agravo ministerial provido, para caracterizar como falta disciplinar de natureza grave a conduta praticada por Maurício Alves."

No presente **writ**, a impetrante alega, em síntese, que *"é entendimento sumular que a prática de falta grave, por ausência de previsão legal, não interrompe o lapso para obtenção do benefício do livramento condicional"* (fl. 4).

Invoca o Enunciado Sumular n. 441/STJ.

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que seja deferido ao paciente o livramento condicional.

A liminar foi **indeferida** às fls. 26-27.

As informações foram prestadas às fls. 32-56, 61-69 e 81-84.

O Ministério Público Federal, às fls. 86-87, manifestou-se pelo **não conhecimento do habeas corpus**, mas **pela concessão da ordem, de ofício**, em parecer ementado nos seguintes termos:

"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. INTERRUÇÃO DO PRAZO PARA CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 441/STJ. PARECER PELO NÃO CONHECIMENTO. ULTRAPASSADA A PRELIMINAR, PELA CONCESSÃO DA ORDEM, DE OFÍCIO."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para a proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. Desta forma, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de recurso especial.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, no entanto, passa-se ao exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

In casu, o eg. Tribunal estadual, aos 24/10/2019, à unanimidade, entendeu que a prática de falta grave no curso da execução determina a interrupção do lapso temporal para a concessão de benefícios na execução, conforme v. acórdão a seguir (fls. 19-20, grifei):

"Logo, certo é que os elementos colhidos nos autos apontam que o agravado praticou falta disciplinar de natureza grave, não havendo que se falar em prática de falta

média, seja porque a xingar funcionário é tratada pela LEP como falta grave, seja porque a conduta do sentenciado merece punição exemplar, haja vista que tal ato vai de encontro a todos os preceitos de bom comportamento inerentes à condição de reeducando na qual se encontra.

Considerar a postura do reeducando como falta média seria, sem dúvida, estimular os demais detentos a desrespeitar e desobedecer aos deveres que lhe são legalmente impostos, o que geraria total instabilidade no ambiente carcerário.

Logo, certo é que os elementos colhidos nos autos apontam que a agravado praticou falta disciplinar de natureza grave, aplicando os efeitos dela decorrentes, quais sejam: a regressão ao regime fechado, se o caso, interrupção dos lapsos temporários para o fim de benefícios a partir da data da falta, assim como a perda de 1/3 dos dias remidos e/ou a remir trabalhados antes da data da falta.

*Isto posto, DÁ-SE PROVIMENTO ao recurso interposto pela Justiça Pública, para caracterizar como falta disciplinar de natureza grave a conduta praticada por Maurício Alves, aplicando os efeitos dela decorrentes, quais sejam: **a regressão ao regime fechado, se o caso, interrupção dos lapsos temporários para o fim de benefícios a partir da data da falta, assim como a perda de 1/3 dos dias remidos e/ou a remir trabalhados antes da data da falta.***

Pois bem.

Muito embora as alegações da impetrante estejam dissociadas dos fundamentos do v. acórdão impugnado, porquanto, em momento algum, analisou a presença dos requisitos para a concessão do livramento condicional, limitando-se a alterar a classificação da falta disciplinar, de média para grave, e a aplicar os efeitos dela decorrentes, no que tange à alegação defensiva de que seria ilegal a alteração da data-base para a concessão de benefícios da execução penal, a jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a prática de falta grave no curso da execução penal **não autoriza a alteração da data-base da contagem do prazo para a concessão de livramento condicional (Enunciado Sumular n. 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Enunciado Sumular n. 535/STJ).**

Nesse sentido, cito os seguintes julgados:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FUGA DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AFASTAMENTO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA A CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. PERDA DE 1/6 DOS DIAS REMIDOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. WRIT NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Tendo em vista o teor da fundamentação apresentada pelas instâncias ordinárias, o afastamento da falta grave praticada pelo ora paciente (art. 50, II, da Lei n. 7.210/84 Lei de Execução Penal - LEP) demanda o reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do habeas corpus.

3. O cometimento de falta grave pelo apenado (a) importa na

alteração da data-base para a concessão de novos benefícios, salvo livramento condicional, indulto e comutação da pena; (b) autoriza a regressão de regime e (c) a revogação de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP).

4. A perda de 1/6 dos dias remidos encontra-se devidamente fundamentada na natureza e nas circunstâncias da infração cometida pelo ora paciente, em consonância com o art. 127 c/c o art. 57 da LEP.

Habeas corpus não conhecido" (HC n. 410.801/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Paciornik, de DJe 16/10/2017).

"PROCESSUAL PENAL E EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. FUGA. FALTA GRAVE. ATIPICIDADE DA CONDUTA. AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INVIABILIDADE. REGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. MEDIDA PROPORCIONAL ANTE A GRAVIDADE DA FALTA E O PERÍODO FORAGIDO. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE, SALVO LIVRAMENTO CONDICIONAL E INDULTO OU COMUTAÇÃO DE PENA. POSSIBILIDADE. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

II - Segundo consignado pelas instâncias ordinárias, o paciente foi considerado foragido entre os dias 2/2/2016 e 9/2/2016. Rever esse entendimento para afastar a fuga demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento que, a toda evidência, é incompatível com a estreita via do habeas corpus. Precedentes.

III - Nos termos do art. 118, I, da Lei de Execução Penal, a prática de falta grave autoriza a regressão de regime prisional. Além disso, a regressão ao regime fechado mostra-se proporcional no presente caso, tendo em vista a gravidade da falta cometida (fuga) e o período no qual o paciente permaneceu foragido (sete dias).

IV - O cometimento de falta grave no curso da execução penal autoriza a determinação de perda de até 1/3 dos dias remidos (art. 127 da LEP). In casu, a incidência da fração máxima encontra-se devidamente motivada em elementos concretos, mostrando-se idônea a fundamentação apresentada.

V - A prática de falta grave importa na alteração da data-base do prazo para a concessão de benefícios executórios, salvo para fins de livramento condicional (Súmula 441/STJ), comutação de pena ou indulto (Súmula 535/STJ). Precedentes.

Habeas corpus não conhecido. Contudo, ordem concedida de ofício para que a falta grave praticada pelo paciente em 2/2/2016 não interrompa o lapso temporal para fins de comutação de pena ou indulto, nos termos da Súmula 535/STJ" (HC n. 369.769/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Felix Fischer, DJe de 14/03/2017, grifei).

"EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. HOMOLOGAÇÃO. REGRESSÃO DE REGIME. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA OBTENÇÃO DE NOVA PROGRESSÃO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Hipótese em que o apenado empreendeu fuga do estabelecimento prisional em 15/6/2014, tendo sido recapturado em 15/7/2014, fato que foi considerado falta disciplinar de natureza grave pela instância ordinária, com aplicação dos consectários legais.

3. "A prática de falta grave interrompe o prazo para a progressão de regime, acarretando a modificação da data-base e o início de nova contagem do lapso necessário para o preenchimento do requisito objetivo" (REsp 1.364.192/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JUNIOR, Terceira Seção, DJe 17/9/2014).

4. O cometimento de falta disciplinar de natureza grave implica, ainda, a regressão de regime, bem como a perda de até 1/3 (um terço) dos dias remidos, nos termos do art. 127 da Lei de Execução Penal.

5. No caso em exame, o Tribunal de origem, de forma fundamentada, reconheceu a prática de falta grave pelo paciente, consubstanciada em fuga do estabelecimento prisional, determinando a regressão de regime e a alteração da data-base para benefício para o dia da recaptura, o que não configura ser desproporcional ou desarrazoado.

6. Habeas corpus não conhecido" (HC n. 330.611/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Ribeiro Dantas, DJe de 03/05/2016).

Portanto, depreende-se do exposto acima que o v. aresto vergastado está em desconformidade com a interpretação firmada por esta Corte Superior sobre os temas em debate, configurando constrangimento ilegal ao apenado.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

Todavia, **concedo a ordem, de ofício**, tão somente para cassar o v. aresto reprochado na parte em que determinou a interrupção do lapso temporal para concessão dos benefícios de **comutação, indulto e livramento condicional**, em virtude da prática da falta grave.

P. I.

Brasília, 20 de março de 2020.

Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO
DO TJ/PE)
Relator